

Informação à Comunicação Social

Trabalhadores da Petrogal/GALP vão estar em greve dias 28, 29 e 30 de Dezembro

Pela defesa da contratação colectiva, dos direitos laborais e dos regimes de saúde e de reformas

- 1 – Os trabalhadores da Petrogal/GALP vão realizar 3 dias de greve, com início às 00H00 horas do dia 28 de Dezembro, com os seguintes objectivos:
 - **Parar a ofensiva da Administração contra a contratação colectiva e os direitos nela consagrados;**
 - **Aumentar os salários e melhorar a distribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores;**
 - **Contra a eliminação de direitos específicos dos trabalhadores de turnos;**
 - **Contra a desregulação e o aumento dos horários, incluindo o famigerado “banco de horas”, que visa pôr os trabalhadores a trabalhar mais e por menos salário;**
 - **Defender os regimes de reformas, de saúde e outros benefícios sociais, obtidos ao longo de muitos anos de luta, de muito trabalho e de riqueza produzida.**
- 2 – A Administração da Petrogal, no quadro da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, **suspendeu o pagamento dos subsídios de infantários e creches atribuídos aos filhos dos trabalhadores**, e também **suspendeu o pagamento do subsídio atribuído aos trabalhadores com filhos deficientes**.
- 3 – Este facto evidencia a total ausência de ética da Administração do Grupo Galp, presidida por Américo Amorim. **É completamente imoral que a Administração de um grupo económico que nos últimos 5 anos atingiu lucros superiores a 2 mil milhões de euros, comece por atacar os direitos sociais atribuídos aos filhos dos trabalhadores** (crianças que frequentam infantários e creches e crianças deficientes), direitos adquiridos há muitos anos e que resultaram da luta dos trabalhadores.
- 4 – A Administração quer prosseguir o ataque a outros direitos laborais e sociais, com particular incidência nos regimes de saúde e de reformas, regimes estes que também constituem direitos adquiridos pela luta dos trabalhadores.
- 5 – **No dia 30 de Dezembro serão realizados Plenários nas Refinarias de Sines e do Porto e na Sede, em Lisboa, para decidir a continuação da luta**, caso a Administração persiste no ataque aos direitos dos trabalhadores e continue a recusar a via da negociação colectiva.